

KARDEX (X)
MC (-)
PP ()
GOC. GERAL ()

Nº 529, de 19 de dezembro a 3 de janeiro de 1990

Aconteceu

Collor vence a eleição e mantém a direita no poder

Fernando Collor de Melo, 41 anos, foi eleito Presidente da República com o apoio maciço dos conservadores e das elites brasileiras. Com um discurso populista e demagogo, o Presidente eleito foi favorecido pela parcialidade da Rede Globo na véspera da eleição e pelo boicote das empresas de ônibus que, no dia da votação, negaram à população de algumas capitais, onde Lula era o favorito, o direito de ir votar, retirando de circulação mais da metade de sua frota. O Brasil ficou dividido e a pequena vantagem de Collor de Melo sobre o candidato Lula, da Frente Brasil Popular, aponta para uma resistência democrática poderosa que impedirá ao Presidente eleito governar apenas segundo seus interesses pessoais e da classe a que pertence. O governo que começa com Collor nada tem de novo, pois a ele está agregado o que há de mais velho e conservador na política tradicional. Mas, como é fruto de uma eleição, questionada ou não, tem legitimidade e terá que ser respeitado. Não se trata de pregar o golpe (como o fez o jornal O Globo em editorial do dia 19 de dezembro que previa o golpe caso Lula fosse o vencedor), mas de estabelecer uma oposição crítica e radical em favor do estabelecimento da justiça e da eliminação das desigualdades sociais no Brasil. Páginas 2, 3 e 4.

Vice-presidente da Globo admite que tv ajudou o candidato vencedor

Página 4

Oposição vence as eleições no Chile e derrota ditadura do general Pinochet

Página 6

Acordo nuclear Brasil-Alemanha poderá ser rompido

Página 12

Esta é a última edição do Aconteceu neste ano de 1989. Vamos entrar em uma nova década e continuar nosso trabalho, a partir de janeiro, sempre nos colocando a serviço dos movimentos sociais. Faremos um recesso de 15 dias para avaliação do trabalho e preparação do jornal para o ano de 1990. A todos desejamos um bom final de ano e que nossa luta continue enquanto houver injustiça e discriminação em nosso país.

Donos de ônibus podem ser presos

Os donos das empresas de ônibus que contribuíram para impedir - ou dificultar - o acesso de eleitores aos locais de votação no Estado do Rio de Janeiro podem ser condenados a, no máximo, seis meses de detenção. Assim está previsto no artigo 297, do Código Eleitoral: "impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio". Dia 18, o de-

sembargador Jorge Loretti, presidente do TRE, designou a Juíza Julieta Lunz para ser a relatora do processo referente ao pedido de inquérito feito pela Frente Brasil Popular, do candidato Luís Inácio Lula da Silva. Mas só dia 20, durante a sessão plenária do TRE, o relatório será apreciado e votado pelos demais juízes. (UH, 19/12/89)

O crime dos ônibus

Foi escandalosamente criminosa a atitude dos donos de empresas de ônibus, que retiraram suas frotas das ruas para impedir que eleitores de redutos do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, comparecessem à votação. É uma manobra vergonhosa, inadmissível em qualquer país sério.

O país que amanheceria dia 18 naturalmente dividido por causa

de uma batalha democrática equilibrada anoiteceu dia 17 fraturado pelo jogo sujo de quem teve medo do resultado das urnas. Os responsáveis por esse golpe não podem ficar impunes. No fundo, a maior contribuição deles foi confirmar que o PT e Lula são diferentes dos políticos tradicionais.

(Marcelo Pontes, JB, 18/12/89).

Sarney já admite sair antes de março

O presidente José Sarney admitiu dia 18 pela primeira vez, deixar o Governo antes de 15 de março, quando terminará constitucionalmente o seu mandato. A admissão do chefe do Governo foi em resposta à pergunta de uma repórter, mas ele condicionou essa possibilidade a uma decisão do Congresso.

"O meu mandato" - disse Sarney - "está consagrado na Constituição, mas se o futuro Presidente desejar assumir o Governo antes, ele tem que se dirigir ao Congresso aprovar essa antecipação, eu não oferecerei nenhum obstáculo". A entrevista do Presidente Sarney foi no Clube Naval, em Brasília, logo após o almoço de fim de ano com oficiais-generais das três forças.

Na chegada ao Clube Naval,

onde foi recebido pelos quatro ministros militares, o Presidente conversou rapidamente com os jornalistas e expressou votos para o futuro Presidente: "Que ele não tenha os obstáculos que eu tive e que ele possa, realmente, levar o Brasil a ter melhores dias. Esse é o meu sincero desejo" - disse.

Indagado se poderá haver alguma dificuldade para transmitir o cargo a Fernando Collor de Mello, caso seja ele o vencedor das eleições do dia 17, Sarney respondeu: "Como nós tivemos uma campanha de absoluta normalidade, grande maturidade democrática, nós desejamos conduzir a transição para o novo Governo dentro desse clima de civilidade, de maturidade e de grande democracia. (Última Hora, 19/12/89)

Aconteceu n° 529
19 de dezembro de 1989
a 3 de janeiro de 1990

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eilane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado n° 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 30,00

Frente denuncia boicote na Bahia e no Ceará

Pelo menos metade da frota regular de ônibus deixou de circular dia 17 em Salvador, o que foi interpretado pelos dirigentes da Frente Brasil Popular como um boicote à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, que no primeiro turno obteve na cidade o triplo da votação do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. Em Fortaleza, a desembargadora Águeda Passos Martins, corregedora do TRE, constatou na manhã do dia 17 um boicote das empresas de transporte coletivo, que foi denunciado pelo presidente regional do PT, o deputado estadual João Alfredo.

O coordenador nacional da campanha de Lula, Wladimir Pomar, distribuiu nota à imprensa afirmando que, enquanto em Fortaleza o problema foi resolvido em parte pela ação do Tribunal Regional Eleitoral, que liberou veículos particulares para o transporte de eleitores, o mesmo não ocorreu em Salvador, onde somente metade dos eleitores havia comparecido às seções até às 13h, quando este índice, em condições normais, é de

80%. O advogado Ricardo Penteado, da assessoria jurídica do PT, informou que 90% dos ônibus foram transferidos para o interior para transportar eleitores, "o que configura um ilícito eleitoral, como já havia advertido o ministro Francisco Resek, presidente do Tribunal Superior Eleitoral".

A denúncia de boicote dos transportadores na capital baiana foi feita pelo presidente regional do PMDB, Luiz Leal, em telex ao ministro Francisco Resek. O partido acusou as empresas de ônibus e a prefeitura de Salvador - o prefeito Fernando José, do PMDB, apóia a candidatura Collor de Mello - de terem reduzido a frota disponível para "impedir ou embarçar o exercício do sufrágio".

O presidente do TRE, Luiz Pedreira Fernandes, determinou à Polícia Federal a abertura de inquérito. Se for apurado que os empresários do setor de transportes coletivos premeditaram a falta de ônibus, e se ela tiver sido determinante para alterar o resultado do pleito, a eleição de Salvador será

anulada para que se convoque uma eleição suplementar.

Numa das quatro garagens da principal empresa de transportes de Salvador, a Viação Beira-Mar S/A (Vibemsa) - cujo proprietário, Carlos Knitel, preside o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano -, 42 dos 90 ônibus que aos domingos fazem a ligação entre o centro e bairros periféricos permaneceram no pátio. Funcionários ligados à direção da empresa explicaram que 20% dos motoristas e cobradores faltaram ao serviço para votar no interior, mas acrescentaram que todos informaram previamente e que nenhuma providência foi tomada.

Em Fortaleza, as empresas Cialta e Iracema estavam com dois terços de suas frotas no pátio. A desembargadora Águeda Passos Martins deu prazo de uma hora para que os ônibus começassem a circular e como sua determinação não foi cumprida, ela anunciou, às 15h, que vai processar as empresas para que tenham o alvará de funcionamento cassado. (JB, 18/12/89)

TRE apura se falta de ônibus foi proposital

O presidente do TRE, desembargador Jorge Loretti, a pedido do PT, designou relator para apurar responsabilidades pela escassez de ônibus de várias empresas no Rio e na Baixada Fluminense, dia 17, durante a votação.

Para protestar contra o possível boicote, dezenas de eleitores da Frente Brasil Popular fizeram uma manifestação de protesto, na tarde do dia 17, em frente à sede do TRE, na Rua 1ª de Março, para que fossem tomadas providências contra o que foi classificado de "sabotagem" nos transportes coletivos. Segundo os manifestantes, entre os quais estava o ator Osmar Prado, muitos ônibus foram retirados de circulação com a clara fina-

lidade de dificultar a locomoção do eleitorado.

Além dos protestos contra a atitude de donos de empresas de ônibus, tanto do Rio como da Baixada Fluminense, também foi denunciada a Cia. Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). Um dos eleitores - Damião Souto, morador em Nova Iguaçu - disse que os trens não estavam indo até Paracambi e Japeri: "Isso só pode ser armação contra o Lula".

Um senhor lembrou que os empresários de ônibus são reincidentes: "Quando houve aquela eleição para prefeito do Rio, cujo vencedor foi o Saturnino, o Brizola botou a boca no trombone contra os sabotadores, que tinham retira-

do muitos ônibus das linhas. Naquela ocasião, o término da votação foi prorrogado por uma hora, justamente por causa dessa sabotagem, que até acabou motivando a encampação de 16 empresas". O presidente do TRE, desembargador Jorge Loretti, recebeu uma comissão representativa que protestava gritando, entre outras coisas que "o povo da Baixada também quer ser feliz".

Uma eleitora ligou para o comitê regional do PT e denunciou que a empresa de ônibus 1001 (que opera no Estado do Rio) retirou todos os "extras" que sempre são colocados aos domingos. Com isso, muitos eleitores deixaram de votar. (Última Hora, 18/12/89)

Brizola acusa Rede Globo de 'interferência ilegal'

O ex-governador do Rio, Leonel Brizola, votou preocupado com as consequências do que denominou de "interferência ilegal" da Rede Globo, na sexta-feira, dia 15. Brizola referia-se à edição do "Jornal Nacional" daquele dia que, segundo ele, privilegiou o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, em detrimento de seu adversário, Luís Inácio Lula da Silva (PT), e apresentou cenas "facciosas" do úl-

timo debate.

Brizola votou na Escola Penedo, na Rua Raul Pompéia, em Copacabana, às 11h, acompanhado de sua mulher, Dona Neuza. Na saída, Brizola se deparou com cerca de 150 pessoas que gritavam "Brizula" e "Brizola, Lula, a luta continua".

"Se o candidato do senhor Roberto Marinho, este Collor, sair com vantagem nesta eleição, em virtude desta violação da lei eleitoral, os

cidadãos terão o direito de contestar, de inaceitar o resultado das eleições", disse.

"Os resultados vão ser contestados. Não vão ser aceitos pela consciência democrática da nação. Eu mesmo vou ter problemas de consciência para aceitar os resultados", completou Brizola, levantando a hipótese até de pedir recontagem dos votos. (JB, 18/12/89)

Boni admite que telejornal favoreceu Collor

O vice-presidente de Operações da TV Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, disse dia 16 que a edição do "Jornal Nacional" de sexta-feira, dia 15, sobre o debate entre os candidatos Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (Frente Brasil Popular) ficou "mais favorável a Collor". No entender de Boni, houve um "erro de avaliação" do Departamento de Jornalismo da emissora, porque a orientação da direção da empresa, segundo ele, é de que os dois candidatos recebam tratamento equânime.

Na avaliação de Boni, a edição refletiu "como uma pitada de exagero" a vantagem que

Collor obteve sobre Lula.

"Collor ganhou o debate e isso não é avaliação subjetiva, mas algo apontado na pesquisa do Instituto Vox Populi", argumenta o vice-presidente de Operações da TV Globo. No seu entender, a edição do "Jornal Nacional" acabou mostrando uma vantagem de Collor sobre Lula maior do que o real. "Minha avaliação sobre o noticiário é pessoal. Achei que no noticiário da Globo, Collor foi favorecido, enquanto nas demais emissoras o noticiário me pareceu mais favorável a Lula", afirmou.

Simpatizantes de Lula realizaram dia 16 a partir das 17h uma manifestação diante da

TV Globo, no Rio. Segundo o ator Paulo Betti, um dos idealizadores da manifestação, o objetivo era protestar contra a edição do dia 15 do "Jornal Nacional". Para Betti, "o noticiário favoreceu Collor". Segundo os organizadores, havia de 500 a mil pessoas, entre elas o compositor Chico Buarque, as atrizes Marieta Severo, Joana Fomm e Tássia Camargo, e o candidato derrotado pelo PV, Fernando Gabeira. Boni não criticou a manifestação, que teve a participação de artistas da emissora. Disse que "o artista da Globo é contratado para ser artista" e que "a livre manifestação do pensamento é um direito" deles. (FSP, 17/12/89)

Na reta final, "Jornal Nacional" vira horário gratuito

O "Jornal Nacional" fechou dia 15 à noite, com dois dias de atraso, a propaganda eleitoral gratuita. Na reta final da campanha, o noticiário da Rede Globo se dividiu entre dar apoio aberto a Collor e tempo igual aos candidatos. No último dia, o sequestro de Abílio Diniz deu a guerra por vencida e o "JN" desistiu de violentar as notícias dentro do que é possível na Globo.

Lula foi massacrado no debate do

"JN". O programa mostrou: a crítica de Collor à "insinuação de que nós sejamos sub-raça"; a condenação ao "grevismo político"; a reação diante dos "intolerantes, baderneiros e bagunceiros"; a indignação com as alianças do PT; e o alto salário de Lula, "mais de cem vezes o salário mínimo".

Passada a edição, surgiu o apresentador perguntando sorridente: "E quem venceu o debate?" O insti-

tuto de pesquisas Vox Populi, que o "JN" não identificou como contratado do PRN, respondeu muito mais que isso: Collor venceu o debate, foi quem apresentou "idéias mais claras" e o "mais preparado para governar" e tem "os melhores planos de governo".

O "Jornal Nacional", na ausência do horário gratuito, garantiu a propaganda de sua vitória no debate. (Folha de São Paulo, 17/12/89)

Sócio inocenta Soares no caso do videopôquer

Rui Matos de Amorim, 55, o Rui Chapéu, disse dia 14 que o secretário de Esportes da Prefeitura de São Paulo, Juarez Soares, desligou-se da empresa Lancheteria Snooker Club Rui Chapéu em maio do ano passado, quando Soares candidatou-se a vereador pelo PT. Na segunda-feira, policiais do Departamento Estadual de Polícia do Consumidor (Decon), seguindo denúncia de um grupo de vereadores que fazem oposição à prefeita Luiza Erundina (PT), apreenderam nove máquinas de videopôquer no snooker. De acordo com os registros da Junta Comercial, Soares mantém-se como sócio de Rui Chapéu no negócio, juntamente com Ramiro Freire Aranha.

Rui Chapéu disse que Soares não se desligou formalmente da empre-

sa "por falta de tempo dele e meu". E que cabia a ele, Chapéu, tomar as providências para a mudança na sociedade. Afirmou que apresentará à polícia, quando for novamente convocado a depôr, "uma carta que ele me mandou se desligando do negócio". Segundo ele, as máquinas de videopôquer "pertencem a um advogado, que aluga o andar superior do nosso snooker, há um mês e meio". O aluguel pago por esse advogado seria de NCz\$ 2 mil. Disse que o responsável por este negócio é seu filho Ruivaldo Pereira Amorim, 23, gerente do snooker.

Rui Chapéu sustentou ainda que as máquinas não são usadas para jogos naquele local, que seria "apenas um depósito". Perguntado sobre porque alguém alugaria o andar superior de um snooker para usar

apenas como depósito de máquinas de videopôquer, Chapéu disse que "cada um aluga um imóvel para o que quiser". Ele afirmou que as máquinas estavam ligadas quando da apreensão policial "porque estava sendo feita manutenção por parte de homens deste advogado". Disse que só apresentará o nome deste advogado e o contrato de locação em seu depoimento à polícia.

Chapéu disse considerar a denúncia dos vereadores "jogo político". "O Juarez é um homem honrado, ele não aparece por aqui há um ano e cinco meses e nunca ganhou um tostão de lucro com a casa". Afirmou que votou em Paulo Maluf no primeiro turno da eleição presidencial e que agora votará em Collor de Mello (PRN). (Folha de São Paulo, 15/12/89)

Unicef divulga relatório sobre a situação da infância

Diariamente 40 mil crianças morrem vítimas da fome, de doenças evitáveis e do descaso às suas necessidades básicas em todo o mundo. São mais de 14 milhões de mortes por ano, e até o final do século mais de cem milhões de crianças estarão mortas. Esses são os números que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgou dia 12, em Nova York.

Os governos dos países em desenvolvimento, segundo o relatório "Situação Mundial da Infância", dedicam anualmente metade de seus recursos ao pagamento da dívida externa e aos gastos militares. Esses dois itens, "essencialmente não produtivos", como ressalta o documento da Unicef, custam quase US\$ 1 bilhão por dia ou US\$ 400 ao ano por família do Terceiro Mundo. Somente o Brasil envia diariamente aos credores internacionais uma média de US\$ 40 milhões. Em compensação, cerca de oito mil crianças morrem a cada dia por não

terem sido imunizadas, outras sete mil de desidratação causadas por diarreia e seis mil de pneumonia. As medidas de baixo custo hoje existentes, capazes de resolver esses problemas da saúde infantil, custariam US\$ 2,5 bilhões por ano.

Até o ano 2000, milhões de crianças irão morrer, alerta a Unicef, "ressecadas pela desidratação, asfixiadas pela pneumonia, infectadas pelo tétano, sarampo e coqueluche". E todas essas doenças podem ser tratadas e evitadas a custos inexpressivos pela vacinação, pela terapia de reidratação oral ou por antibióticos.

Mas essas doenças, afirma o estudo, "são apenas a ponta de um iceberg de morbidade". Além do desleixo para com as doenças imunopreveníveis, como o sarampo, os países em desenvolvimento têm deixado de lado as pesquisas na área de saúde. A Comissão de Pesquisa de Saúde e Desenvolvimento da Unicef irá divulgar um relatório,

no ano que vem, mostrando que apenas 5% dos investimentos globais são dirigidos para a Saúde. Os países do Terceiro Mundo respondem por 80% da população do planeta e por mais de 90% de doentes e incapacitados no mundo.

A Unicef prevê ainda que, dos 100 milhões de crianças que estarão iniciando o processo de escolarização nos anos 90, mais de 40 milhões irão abandonar a escola antes mesmo de completar o curso primário, e a maioria não estará em condições, assegura a Unicef, "de se beneficiar das grandes mudanças que deverão ocorrer no século XXI". Por isso, entidade realizará, em setembro de 1990, em Nova York, a reunião Mundial de Cúpula para a Infância. A Unicef pretende neste encontro aprovar um conjunto de normas de proteção à criança "cujo descumprimento envergonhará qualquer país civilizado, rico ou pobre", garante a Unicef. (O Estado de São Paulo, 12/12/89)

Líder da oposição vence eleição chilena

O candidato oposicionista Patriício Aylwin venceu dia 14 a primeira eleição presidencial no Chile depois de 16 anos de ditadura militar. Não vai haver um segundo turno, pois a vitória de Aylwin por maioria absoluta está praticamente confirmada depois de apurados mais da metade dos votos.

Às 23h do dia 14 (Brasília), foi divulgado um boletim parcial oficial, correspondente a 68,7% dos votos. Aylwin - um democrata-cristão de 71 anos que lidera a coalizão Acordo pela Democracia, com 17 partidos - conseguiu 54,2% dos votos (2.649.001), contra 28,6% (1.394.225) de Hernan Buchi, ex-ministro do governo militar do general Augusto Pinochet, que lidera a coalizão conservadora Democracia e Progresso. O outro candidato, Francisco Errázuriz, também de direita, obtinha 14,9% dos votos (726.267). Uma hora depois, Buchi reconhecia oficialmente a vitória de Aylwin.

Como o voto é obrigatório, a presença dos eleitores foi maciça. De acordo com o primeiro boletim oficial, os votos nulos somaram 1,4% (66.028). Os votos em branco corresponderam a 1% do total (48.838). Participaram da eleição 317 mil analfabetos.

Na primeira urna, da cidade de Cauquenes, Aylwin teve 27 votos contra 15 de Buchi e três de Errázuriz. Os 7,5 milhões de eleitores chilenos escolheram ainda 38 senadores (110 candidatos) e 120 deputados (419 candidatos). O voto para o Parlamento é distrital. O único chileno proibido oficialmente de votar é o ex-chanceler de Salvador Allende (presidente deposto em 1973), Clodomiro Almeyda, que foi votar simbolicamente.

O clima da votação foi calmo em todo o país. O único incidente de importância foi o assassinato de um carabineiro (policia militar), em Santiago. O criminoso fugiu e não há provas de que se tratasse de uma ação política. Tanto o governo como a Democracia Cristã e o Partido

Comunista lamentaram o assassinato. Na noite anterior, uma bomba explodiu na embaixada de El Salvador, causando danos materiais. Segundo a polícia, foi encontrado no local um lenço com o símbolo da guerrilha Frente Patriótica Manuel Rodríguez.

A presença militar em Santiago foi muito grande durante toda a votação, principalmente no centro e nos bairros populares. Em um local

de votação perto do Palácio de la Moneda, no centro, as filas de votantes eram guardadas por soldados em uniformes camuflados, armados com fuzis M-16. No bairro periférico de Conchali, circulavam caminhonetes do Exército, com metralhadoras pesadas. Em Conchali não se via nenhum cartaz de Buchi, só de Aylwin e do social-democrata Ricardo Lagos, candidatos ao Senado. (JB, 15/12/89)

De herança, o 'entulho autoritário'

Com as eleições do dia 14, o Chile enterra 16 anos de regime militar. No entanto, a equipe do general Augusto Pinochet preparou cuidadosamente um polpudo *entulho autoritário* que deve restringir muito os poderes do novo governo civil. E qualquer emenda à Constituição de 1980 terá que ser aprovada por dois terços dos novos parlamentares.

O eixo deste *entulho* é a permanência de Pinochet como comandante do Exército por mais oito anos. Quando seu mandato expirar, aliás, ele terá 82 anos. A Junta Militar chilena, que fez as vezes de Legislativo por 16 anos, também aprovou leis proibindo o julgamento de qualquer funcionário do atual regime (inclusive Pinochet). E autorizou a queima dos arquivos da CNI, a polícia secreta que depende diretamente de Pinochet e, passará ao controle do futuro presidente do Exército.

A força do Executivo foi reduzida com a criação do Conselho de Segurança Nacional, onde o futuro presidente dividirá o poder com os comandantes das três armas e dos Carabineiros, além de representantes do Legislativo e Judiciário.

Nem vereadores, nem prefeito serão eleitos, mas sim indicados por um comitê criado pelo governo. Exceto os prefeitos das 16

maiores cidades, que devem ser nomeados pelo presidente. E o voto é distrital, favorecendo o bipartidarismo. É verdade que os chilenos elegeram dia 14 seu novo Parlamento, mas Pinochet indicará dois senadores, outros sete serão nomeados pelo Conselho de Segurança. Pinochet também aproveitou seus últimos dias de governo para nomear vários juízes e reitores universitários.

O poder do governo sobre os meios de comunicação foi limitado com a criação do Conselho de TV e Rádio - claro, indicado por Pinochet e com grande autonomia, inclusive para autorizar novas concessões de emissoras e privatizar veículos de comunicação. O Conselho já privatizou quatro canais de TV e tem na mira a privatização da *Rádio Nacional* e do *Jornal La Nación*. Ainda no plano das comunicações, a confecção do Diário Oficial chileno foi entregue ao Instituto Geográfico Militar.

Em termos econômicos, o grandelance do regime militar foi a concessão de ampla autonomia ao Banco Central, o que reduz os instrumentos de ação econômica do próximo governo civil. E, numa atitude de certa forma conciliatória, nomeou dois oposicionistas para o Conselho do Banco Central. (JB, 15/12/89)

Cúpula centro-americana pede fim da ajuda aos contras

Após três dias de reunião de cúpula, os cinco presidentes centro-americanos assinaram um ambicioso acordo de paz, que pretende impedir que os Estados Unidos continuem a dar apoio aos contras que combatem o governo da Nicarágua. A pedido do presidente nicaraguense, Daniel Ortega, os líderes de Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica decidiram que toda verba americana destinada aos rebeldes deve ser doada às comissões das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregadas da desmobilização dos contras.

O acordo, de 13 pontos, dá total apoio ao presidente de El Salvador, o direitista Alfredo Cristiani, e pede a desmobilização da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), a guerrilha que o combate. O acordo de paz foi considerado a posição mais enérgi-

ta já assumida pelos líderes centro-americanos desde o início das reuniões de cúpula, em 1986.

A assinatura do documento aconteceu depois de uma noite de muito debate e um incidente que quase pôs tudo por água abaixo: o presidente de Honduras, José Azcona, abandonou a reunião em protesto contra a Nicarágua, que move um processo contra seu vizinho na Corte Internacional de Haia. Nicarágua acusa Honduras de abrigar os contras em seu território.

Azcona acabou voltando para a reunião depois que Daniel Ortega concordou em suspender o processo. Apesar do incidente, o anfitrião, Oscar Arias, da Costa Rica, disse que a atmosfera foi "menos tensa" do que o esperado. O último plano de paz, assinado em agosto, fracassou porque nem os Estados Unidos nem Honduras - que apóiam os contras - cumpriram o cronograma

de desmobilização dos contras, com prazo final para 5 de dezembro.

Os líderes apoiaram o pedido da Nicarágua de que os fundos que os Estados Unidos dedicam aos contras sejam doados à Comissão Internacional de Apoio e Verificação, "com o objetivo de executar o processo de desmobilização e repatriação na Nicarágua, ou em outro país, da Resistência Nicaraguense e de seus parentes".

Em San Salvador, a guerrilha salvadorenha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) reagiu, afirmando que o comunicado da Frente, os líderes centro-americanos deram "respaldo incondicional ao principal violador dos direitos humanos na região, um governo que tem assassinado e perseguido religiosos e bombardeado a população civil". (JB, 13/12/89)

Nicarágua cede a pressões de vizinhos e isola guerrilha

Mais uma vez, a Nicarágua foi quem teve que ceder ante a pressão de seus vizinhos centro-americanos. Juntamente com líderes da Guatemala, Honduras, El Salvador e Costa Rica, o presidente Daniel Ortega assinou um documento que pede o desmantelamento da guerrilha esquerdista salvadorenha, à qual sempre deu apoio. O documento também expressa "apoio decidido" ao presidente de El Salvador Alfredo Cristiani, seu grande adversário na região.

O documento, lido às 4h da manhã de terça-feira, dia 12, (hora local) pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias, deixa a FMLN completamente isolada. Reitera um veemente apelo para que os rebeldes cessem as atividades na região e pede que as Nações Uni-

das iniciem "imediatamente ações para a desmobilização da Frente".

Os cinco presidentes evitaram qualquer condenação a Alfredo Cristiani, acusado nas últimas semanas de ter bombardeado a população civil para pôr fim à última ofensiva guerrilheira e de ter feito *vista grossa* ao assassinato de seis religiosos, entre eles o reitor da Universidade Católica, em 16 de novembro passado.

Após horas de negociações com seus colegas da região, Ortega deixou de lado os ataques contra o governo de Cristiani, o qual há duas semanas havia chamado de "criminoso e neofacista" por seu reiterado propósito de encontrar uma solução ao conflito por meios pacíficos e democráticos.

Logo depois da divulgação do documento, Ortega apressou-se

em explicar sua posição. Segundo ele, "não está se pedindo que a FMLN se desarme" porque "a guerrilha tem feito apelos bem claros e concretos em favor de uma solução pacífica do conflito". O presidente nicaraguense afirmou que em nenhum momento a declaração representou um golpe para a Frente Farabundo Martí: "Creio que foi um golpe para os que estão a favor da guerra", afirmou.

A declaração da Costa Rica deixou a FMLN completamente isolada. A *perestroika* na URSS, o clima de entendimento entre o Kremlin e a Casa Branca e a necessidade da Nicarágua de acabar com os contras e resolver sua crise interna deixam os rebeldes salvadorenhos cada vez mais sozinhos na luta. (JB, 13/12/89)

Bom pai

Estou escrevendo apenas para esclarecer um erro cometido dia 13/12/89 na página 3 do JB (caderno 1).

Estava escrito ali que eu moro com minha mãe e minha avó, o que não é verdade.

Desde que nasci moro com minha avó, e minha mãe morou com a gente só até os meus 6 anos de idade, quando casou-se. Continuei morando com a minha avó, que foi quem me criou. Não há ninguém melhor no mundo do que eu para saber se o Lula é um bom pai. E ele é. **Lurian C. da Silva - São Paulo**

Superstição

Um galho de arruda preso com arame em um isopor foi colocado na base do palanque instalado na Candelaria, no Rio, onde se realizou o comício de Lula.

A autoria foi de um grupo de funcionários de uma casa de flores perto dali. (Informe JB, 14/12/89)

Aliás

O candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, descobriu, ao abrir seu comício, sob forte chuva, dia 12, em Belo Horizonte, que ele pode ser a solução para a seca do Nordeste.

- É o terceiro comício que faço aqui debaixo de chuva. Vou passar a fazer outros no Vale do Jequitinhonha e no Nordeste brasileiro - disse Lula, arrancando risadas da multidão. (Informe JB, 14/12/89)

Namoro

O presidente do PT-RJ, Jorge Bittar, está confiante na criação de uma nova frente progressista que poderá eleger, segundo seus cálculos, 35 dos 50 deputados federais pelo RJ. Ele acha ainda que o candidato a governador do Estado do Rio em 1990 poderá ser eleito no 1º turno. A eleição do próximo ano será em dois turnos.

O namoro entre o PT e o PDT pode acabar num programa comum de governo. (Informe JB, 19/12/89)

Fica

Aviso colocado pelo proprietário na loja de doces em frente ao Colégio Militar do Rio de Janeiro, na Rua São Francisco Xavier, Maracanã, zona norte:

"799.999 empresários, bye,bye. Eu fico com Lula presidente". (Informe JB, 13/12/89)

Na onda

O senador Mário Covas reagiu bem-humorado ao editorial do jornal *O Globo*, taxando seu apoio a Lula como oportunista, comportando-se como um surfista a deslizar na onda do momento:

- Eu sou defensor da liberdade de imprensa. O editorial de *O Globo* faz parte da liberdade de imprensa. Eu só posso dizer que eu era mau surfista quando morava em Santos. Agora eu moro em São Paulo e lá não tem praia. (Informe JB, 13/12/89)

Fauna

Comentário do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), dia 12, quando o deputado Mário Lima (PMDB-BA) confundiu sua legenda, referindo-se a ele como se fosse do PFL, na CPI da Petrobrás:

- Sou do PDS, uma fauna em extinção. Mesmo assim, ainda permaneço lá. (Informe JB, 13/12/89)

Nos trilhos

Dia 11, por volta das 12h, ao chegar à estação do Metrô da Cinelândia, o maquinista anunciou pelo serviço de alto-falante:

- Atenção, passageiros! Saída pela esquerda, sem medo de ser feliz. (Informe JB, 12/12/89)

Torcida

Comentário do deputado Márcio Braga, ex-presidente do Flamengo, sobre as vaia que lhe foram dirigidas por um grupo de petistas durante o show no Sambódromo, na última sexta-feira:

- Eu fui conferir, não eram vaia do PT. Eram de uma oposição mais implacável: a do Vasco.

É. Pode ser. (Informe JB, 12/12/89)

Sem acordo

O Departamento de Jornalismo da Rede Globo procurou dias atrás a coordenação nacional de fiscalização das apurações da Frente Brasil para propor um acordo: garantiria acesso a seus computadores desde que a Frente fornecesse, em primeira mão, uma cópia de cada boletim oficial de urna. O coordenador do PT, Gil Carvalho, recusou com um argumento brizolista:

- Não queremos fortalecer o monopólio. (Canal 3, OESP, 12/12/89)

Sai de baixo

As assessorias de Collor e Lula têm avaliação comum do cenário econômico no início do ano: hiperinflação, crise cambial, colapso no fornecimento do álcool e quebra nas safras de arroz, feijão e mandioca. (Painel FSP, 12/12/89)

Frio na espinha

As equipes econômicas dos dois candidatos dizem que o governo Sarney está derretendo. Gostariam de se preparar até março. Mas já foram avisadas por Collor e Lula que poderão receber o abacaxi antes disso. (Painel FSP, 12/12/89)

Ventania

De um assessor econômico de Lula: "É um furacão o que vem por aí". (Painel FSP, 12/12/89)

Clima

Mario Jorge Uchoa, assessor e amigo de Collor, colocou sua mão esquerda sobre o ombro do candidato e, ar triste, disse: "Tá feia a coisa". Collor repeliu-o, irritado: "Me respeite, rapaz".

Foi dia 10. (Painel FSP, 12/12/89)

Natural

De um collarido social-democrata, resignado com a direitização de Collor:

"Na hora do aperto o melhor é ser natural". (Painel FSP, 12/12/89)

Meio ambiente

Decidido: será mesmo no Brasil, em 1992, a próxima conferência mundial da ONU sobre meio ambiente. A comunicação oficial será feita em Nova York, até o final desta semana. (Painel FSP, 12/12/89)

Eleição sindical

Uma parte da oposição sindical metalúrgica de São Paulo indicou o deputado Francisco Carlos de Souza (PT) para disputar a cabeça da chapa da CUT que enfrentará Luiz Antonio de Medeiros em 90. (Painel FSP, 12/12/89)

Família

Leopoldo, irmão de Collor, tem resolvido todas as disputas na campanha nos últimos dias batendo a mão na mesa e dizendo:

"Sou o irmão do candidato, sou o irmão do Fernando". (Painel FSP, 14/12/89)

Pressão

A maior parte da assessoria de Lula defendeu, na reunião que antecedeu a gravação do programa de TV exibido, dia 13, que a resposta ao ataque de Miriam Cordeiro fosse mais incisiva. (Painel FSP, 14/12/89)

Depoimento

Logo que chegou ao estúdio de gravação, Lula chamou Lurian para um canto do estúdio. A filha do candidato queria gravar um depoimento para o programa do dia 13, mas cedeu à argumentação contrária do pai. (Painel FSP, 14/12/89)

Veto

Diante da resistência inicial de Lula à gravação do depoimento de Lurian, os assessores do PT sugeriram que a mãe de Miriam Cordeiro fosse ao vídeo. Lula também vetou. (Painel FSP, 14/12/89)

Poupança

Dois especialistas em mercado financeiro do PT se reuniram dia 12 em sigilo com dirigentes da Associação Brasileira das Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança.

Os dois lados concordaram que a situação é grave. (Painel FSP, 14/12/89)

Muro paraguaio

O governo de Brasília vai entrar com ação judicial para derrubar o muro que cerca a mansão onde está vivendo o ex-ditador paraguaio Alfredo Stroessner, por envolver área de uso comum. (Painel FSP, 14/12/89)



Universidades de São Paulo vão reciclar a rede pública

A partir de fevereiro do próximo ano, as três universidades públicas de São Paulo terão uma responsabilidade adicional: oferecer cursos intensivos para atualizar os 216 mil professores da rede pública. A novidade, anunciada pelo governador Orestes Quércia, faz parte do Programa de Aperfeiçoamento e Atualização dos Professores e Especialistas em Educação da rede estadual, lançado dia 11.

O programa consiste em permitir que cada professor estadual se recicle num curso com duração de 300 horas a cada cinco anos de carreira. Caso seja aprovado um projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa, o docente reciclado terá uma promoção, o que corresponde a um aumento salarial de 5%. Além disso, enquanto durar o curso, o professor ficará afastado de suas funções normais e continuará recebendo salário integral.

O professor Rôberto Leal Lobo, que assumirá a Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) no dia 17 de janeiro, garantiu que a instituição se esforçará para cumprir o programa. "Este trabalho para melhorar o ensino público merece o esforço da universidade", disse. A professora Vera Soares, do Instituto de Física da USP, já está organizando o primeiro curso de atualização, que deverá ser realizado entre os dias 12 e 16 de fevereiro, período em que a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp) também promoverão atividades de reciclagem. Nestes três cursos, 20 mil professores serão atendidos.

A iniciativa foi bem recebida pelos professores. Eliane Sandra Pecalho, que dá aulas de Biologia, Matemática e Ciências na Escola Estadual Samuel Klabin, no Bu-

tantã, disse que será a primeira a se inscrever. "Há professores que não cumprem todo o programa da disciplina porque não dominam a matéria", disse.

Vera Regina dos Santos, professora do curso primário da Escola Mário de Andrade, na Freguesia do Ó, concluiu o magistério há dez anos e, desde então, só voltou para a sala de aula quando lhe ofereceram um cursinho patrocinado pela Secretaria da Agricultura para criação e manutenção de hortas na escola. "Precisamos de uma reciclagem", admite.

A Apeoesp, o sindicato dos professores, também apóia a idéia, mas faz restrições: "De nada adianta oferecer um cursinho se o professor não for bem remunerado e tiver de trabalhar o dia inteio para ganhar um pouco mais", comentou João Felício, presidente da entidade. (O Estado de São Paulo, 12/12/89)

Municipalização do ensino tem apoio de secretários

Nos próximos dez anos, a maior parte dos municípios brasileiros será responsável pelo ensino básico, com autonomia para definir questões como calendário escolar, currículo e carga horária de aulas e editar o próprio material didático. A previsão é dos participantes do Encontro Nacional de Secretários Estaduais de Educação, realizado em São Paulo, para discutir a questão da municipalização do ensino.

Na reunião, houve consenso ao se

avaliar que a municipalização é inevitável, como forma de administrar melhor o ensino, adaptando-o, por exemplo, às diferenças regionais do país.

Se na Amazônia não é possível ir à escola nos meses de chuva e no Sul as famílias precisam da ajuda dos filhos em época de colheita, a autonomia dos municípios para definir os próprios calendários adaptará o ano letivo a essas diferenças.

Para o relator da nova Lei de Di-

retrizes e Bases, deputado Jorge Hage (PSDB-BA), presente ao encontro, os problemas a se enfrentar no processo de municipalização têm raízes fora da área educacional.

"Temos uma tradição centralizadora, que combinada com as questões tributárias traz um resultado funesto sobre a manipulação política da União sobre os estados e destes sobre os municípios", analisou. (Jornal do Brasil, 11/12/89)

Aluno depreda escola insatisfeito com ensino que recebe

Uma pesquisa encomendada este ano ao Instituto Gallup fez com que a Secretaria de Educação entendesse porque a maioria das escolas são depredadas pelos próprios estudantes.

Mais de 70% dos entrevistados não sabem a quem pertence a escola em que estudam. A má conservação dos prédios levou 40% dos

entrevistados a dizer que não gostam da escola. Segundo o secretário Wagner Rossi, esses dados foram suficientes "para mostrar que tínhamos de fazer alguma coisa para mudar esta situação".

Outro dado que surpreendeu a secretaria foi com a pergunta sobre quem estraga a escola. Dos alunos entrevistados, 70% disseram que as

depredações são feitas por eles mesmos. Para o presidente da Associação de Professores de Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), João Felício, "a depredação praticada pelos alunos é apenas uma maneira de eles mostrarem o seu descontentamento com a forma da escola estar sendo mantida". (Folha de São Paulo, 9/12/89)

Unicef reprova ensino de primeiro grau no Brasil

O Brasil é um dos países que têm a maior taxa de evasão escolar. Segundo relatório divulgado dia 12 em Nova York pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), de cada cinco crianças brasileiras que entram na escola, apenas uma conclui o primeiro grau. Entre as nações que proporcionalmente formam mais alunos do que o Brasil estão o Paraguai, a Guatemala e até a Etiópia, um dos países mais pobres do mundo.

O relatório da Unicef mostra que o Brasil manteve entre 1985 e 1987 a taxa de 22% de formação no primeiro grau, isto é, de cada cem alunos matriculados em 1978 na primeira série do primeiro grau, apenas 22 terminaram a oitava série em 1985. O Paraguai tem uma taxa de 50%, a Guatemala sustenta uma taxa de 36% e a Etiópia, 41%.

Das 131 nações filiadas à ONU, o Brasil, na questão de evasão escolar, está à frente apenas do Haiti, Iémen, Chade, República Centro-Africana, Bangladesh e Birmânia. Países industrializados, como a França, o Japão e Noruega, têm taxas que oscilam entre 98% e 99%.

"A evasão escolar é um problema crônico no Brasil", avalia o professor Múcio Camargo de Assis, professor titular de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria Estadual de Educação. "A primeira pesquisa nacional sobre instrução pública no Brasil, realizada na década de 30, já mostrava índices de evasão escolar muito parecidos com os de hoje".

Ao analisar a baixa eficiência da escola, o professor Assis divide as prováveis causas em dois grandes grupos: a dos fatores externos ao sistema escolar e aos dos internos. No primeiro bloco, ele relaciona as condições sócio-econômicas da população, que "obrigam a criança a deixar a sala de aulas às vezes antes de ser alfabetizada". Entre os problemas do sistema de ensino, ele aponta "o despreparo do professor e a inadequação dos currículos escolares".

"O ensino, muitas vezes, é desinteressante. Na falta de meios e de preparo para aulas dinâmicas, o ensino torna-se livresco, desvinculado

da realidade da criança", analisa Assis. Nessa mesma direção raciocina a professora Maria Helena de Souza Patto, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Em sua tese de livre-docência, defendida no início do ano, ela conclui que a maioria dos alunos que abandonam os estudos o faz por não suportar o ambiente agressivo da escola. "Na periferia, os professores em geral têm uma visão distorcida da criança, acham que ela é irresponsável e promíscua", diz. O trabalho da Unicef conclui que a educação nos países em desenvolvimento tem sido "comprimida pelos aumentos dos pagamentos da dívida externa e dos gastos militares, para os quais é destinada metade de todos os recursos governamentais do mundo em desenvolvimento".

Como reflexo dessa situação, o órgão estima que, dos 100 milhões de crianças que entrarão na escola nos anos 90, "mais de 40 milhões vão abandonar os estudos antes mesmo de completar o curso primário". (O Estado de São Paulo, 13/12/89)

Ensino básico exige sete e meio bilhões de dólares

No Japão as crianças do ensino primário frequentam as aulas durante 300 dias por ano. No Brasil, o ano letivo é de 180 dias e, ultimamente, os professores passam a maior parte do tempo em greve. Não é só a quantidade de aulas que nos separa do avanço tecnológico com que o Japão entusiasma o mundo. Mas a qualidade do ensino primário, certamente, é a partida para um país, como o Brasil, que nunca arquivou seus sonhos de potência. Se são poucos os dias letivos, são menos ainda as horas de estudo. O tempo médio de permanência das crianças do ensino primário na sala de aula é de magras duas horas e meia. Pode-se concluir, diante disso, que a solução sejam os Cieps imaginados por Leonel Brizola, assumidos por Lula e elogiados até por Collor de Mello. Escolas de turno integral são um luxo se comparadas às necessidades brasileiras,

ainda muito primitivas.

Em uma pesquisa recente feita pelo Iplan a superfície de salas de aula do país é suficiente para atender a população escolar. A mesma pesquisa mostra que 30% destas escolas estão destruídas. "Parece que há uma rejeição física às escolas e elas são literalmente quebradas", imagina o economista Carlos Lessa. Mal treinados e mal pagos, os professores públicos entraram, desde a transição para a democracia, numa sucessão de greves que tem tornado mais agudos todos os problemas educacionais no país. Num país onde se gasta mais com ensino universitário do que com ensino básico, os professores em vários estados têm que se contentar com um salário menor que o mínimo. Nas quatro grandes redes - São Paulo, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul-, o salário mais alto é de pouco mais que dois salários

mínimos. Começar a mudar este quadro leva tempo e dinheiro. Recentemente, Carlos Lessa fez uns cálculos para saber quanto custavam algumas emergências. Com a elevação do salário dos professores para, no mínimo, US\$ 100, aumento da permanência dos alunos para quatro horas diárias, reciclagem de 30% dos professores, aumento da merenda escolar de 125 dias para 180 dias e recuperação do espaço físico destruído, o governo teria que gastar 2,5% do PIB por ano, ou seja, US\$ 7,5 bilhões. Talvez o país sinta nos próximos anos nesta área a falta de ter no comando uma pessoa com a obsessão de Brizola pela educação. Mesmo que os Cieps sejam polêmicos e hoje atendam apenas 4,2% da população escolar e engulam 66% do orçamento do setor, o Brasil talvez precise de um presidente que mire a educação como alvo. (Jornal do Brasil, 10/12/89)

Ex-ministro alemão pede o fim do acordo nuclear

O presidente do Partido Social Democrata (PSD) da Alemanha Ocidental, Hans Jochen Vogel, defendeu dia 8 perante a comissão para assuntos nucleares do Parlamento alemão a rescisão do acordo nuclear com o Brasil. Vogel, que era ministro da Justiça em 1975, quando foi assinado o acordo, disse que a cooperação obedecia a legislação vigente. A comissão do Parlamento ouviu o ex-ministro para

saber por que a Alemanha Ocidental tinha assinado o acordo mesmo sabendo que o Brasil não era signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Segundo um representante do SPD, a comissão pretendia responsabilizar Vogel pelo acordo, mas não conseguiu.

Vogel afirmou à comissão que é favorável à rescisão do acordo por causa das informações de que ele

está servindo para o desenvolvimento de projetos com objetivos militares.

Ele disse que se tivesse sabido dessas intenções na época, não teria permitido a assinatura do tratado. A comissão argumentou que documentos do governo já indicavam naquela época a falta de garantia de que o Brasil não usaria energia nuclear com fins militares. (Folha de São Paulo, 9/12/89)

Seringueiro pede ajuda nos EUA

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, no Acre, Osmarino Amâncio Rodrigues, encontrou-se dia 11 em Washington, com senadores norte-americanos e diretores do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A viagem de Osmarino aos Estados Unidos teve, segundo suas próprias declarações, um único objetivo: "Queremos apoio político e econômico para desenvolver as atividades de cooperativismo que já iniciamos na Amazônia". Na reunião, que contou com a participação dos senadores Bob Kasten e Albert Gore, Osmarino fez um balanço de suas atividades como sindicalista no Acre, defendeu a criação de reservas extrativistas para "os povos da floresta" e atacou o plano de florestas nacionais do governo. "Qualquer progresso na Amazônia só será possível se a questão ecológica ficar ligada à questão social. É importante que os ecologistas percebam que, além do mato, dos rios, peixes e fauna, há a questão humana, os problemas do povo que mora lá". O sindicalista revelou ainda que, para se proteger de prováveis atentados, é obrigado a andar constantemente com cinco guarda-costas. "Mesmo assim, acredito que será muito difícil a minha sobrevivência no Acre".

Para o dia 22 de dezembro, data do assassinato de Chico Mendes, Osmarino anunciou uma grande manifestação em Xapuri, no Acre, que contará com a participação de delegados da Alemanha e Itália. (O Estado de São Paulo, 12/12/89)

Turista denuncia morte de golfinhos

A matança indiscriminada de golfinhos na praia de Pipa, a 110 km ao sul de Natal (RN), denunciada há 15 dias por turistas ao ouvidor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), em Brasília, foi confirmada pelos fiscais da delegacia do órgão em natal. Os turistas levaram ao ouvidor Renato Torrano fotos dos corpos dos golfinhos sendo abertos com facas pelos pescadores na beira da praia.

O chefe de fiscalização do Ibama em Natal, Rolfran Cacho Ribeiro, disse dia 13 que uma equipe foi na semana passada à praia de Pipa, no município de Tibau do Sul, e confirmou a denúncia, mas não pôde identificar os matadores dos golfinhos.

Ele não soube informar quantos já foram mortos até agora. Segundo informações de moradores, a matança já ocorre há alguns meses.

Como os matadores seriam pescadores da região, o Ibama está com dificuldades para identificá-los. Rolfran disse que os fiscais tentam fazer um trabalho de conscientização na comunidade para que não mais aconteça a captura e morte desses mamíferos aquáticos. Os fiscais estão conversando com pescadores e informando que matar os golfinhos é crime e a pena é de três meses a um ano de prisão, sem direito a pagamento de fiança. (Folha de São Paulo, 14/12/89)

Queimadas são 40 % menores

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Fernando César Mesquita, garantiu dia 11 em Belém que a experiência adquirida pelo instituto com o controle das queimadas na região amazônica permitirá ao seu sucessor reduzi-las em 1990, em mais 10% em relação a este ano. Em 89 o Ibama conseguiu reduzir as queimadas em cerca de 40% em relação a 88, segundo Mesquita. Isso se deve não apenas às chuvas, mais intensas que nos anos anteriores, mas devido à severa fiscalização do Ibama que, segundo Mesquita, aplicou mais de NCz\$ 120 milhões em multas. Mesquita participou dia 11 em Belém da abertura do seminário "A borracha no contexto econômico e ecológico da Amazônia", promovido pelo próprio Ibama e pela Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais da Amazônia (Sopren).

Ele anunciou que deixará para o próximo ano uma série de diretrizes para a recuperação do extrativismo da borracha, "uma atividade que nenhum prejuízo causa ao meio ambiente". A Sopren e a Associação dos Beneficiários de Borracha Natural da Amazônia (ABBNA) apresentaram uma série de propostas para a implantação de módulos de manejo florestal, com base na seringueira nativa, a fim de adensar os seringais para torná-los mais produtivos e restaurar as atividades extrativistas. (O Estado de São Paulo, 12/12/89)

BARRAGENS

População luta para salvar Cachoeira da Fumaça

O barulho da Cachoeira da Fumaça, em Resende, tornou-se um grito de socorro para muitos moradores, desde que a empresa paulista Casil anunciou a intenção de desviar suas águas para gerar energia para uma fábrica de carbureto de silício que pretende construir no Pólo Industrial do município. A ameaça de instalação de uma usina hidrelétrica com capacidade de 18 MW levou à formação do grupo SOS Cachoeira da Fumaça. Embora acene para a realização de um plebiscito na comunidade para decidir o impasse, o prefeito Noel de Carvalho aponta vários benefícios decorrentes do investimento.

A proposta inicial da Casil era represar as águas do Rio Preto no trecho acima da cachoeira, que tem 200 metros de queda, o que inundaria 11 hectares. A Feema, entretanto, não aprovou o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da empresa, que modificou o projeto: um vertedouro desviaria, por tubulação, 70% da vazão da cachoeira - 27 metros cúbicos por segundo, em média, em época de chuva - durante a semana, mantendo a vazão total nos sábados e domingos, para tornar possível a exploração de seu potencial turístico. Em períodos de seca, a cachoeira perderia quatro dos 5 metros cúbicos de vazão mé-

dia. A Casil ainda não apresentou novo Rima à Feema.

A idéia inicial era construir a fábrica no município mineiro de Passa Vinte - o Rio Preto é fronteira entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro - cuja prefeitura concedeu licença. A empresa comprou 5 hectares em Minas, mas como a cachoeira é patrimônio dos dois estados e a área fluminense seria inundada, é preciso também autorização do governo do Estado do Rio e da prefeitura de Resende, que não escondeu o interesse em sediar o empreendimento, capaz de gerar recursos para o município. (JB, 15/12/89)

Barragem não ameaça mais município Fluminense

A Prefeitura apresentou à Cedae um projeto de construção de poços radiais - pequena captação de água - para substituir o projeto do Governo do Estado do Rio para a construção de uma barragem em Guapiacu, 3º Distrito de Cachoeiras de Macacu.

Segundo o Prefeito Ubirajara Muniz (PDT), o projeto deverá ser aprovado pela Cedae nos próximos dias, podendo ser usado para substituir o da barragem.

A construção da barragem de Guapiacu foi anunciada no ano passado, o que revoltou as quase 900 famílias de lavradores que vivem na localidade e que perderiam seus sítios, porque toda a região ficaria submersa.

- Além de alguns milhares de hectares de terras produtivas, a construção da barragem põe em risco pelo menos 300 anos de história do município, com a destruição da Fazenda do Carmo e parte do que ainda resta da Mata Atlântica - lembrou o prefeito.

A Fazenda do Carmo tem mais de 300 anos e possui uma área de 1 mil

900 hectares - dos quais 1 mil 100 são formados por florestas, numa reserva ecológica habitada por várias espécies de pássaros e outros animais silvestres. A fazenda foi comprada em 1911 pelo alemão Werner Reisky e hoje é administrada pelo filho de Werner, Ulrich Reisky. O conjunto arquitetônico foi construído durante o século XVII, para abrigar, inicialmente o Convento das Irmãs Carmelitas. A

Fazenda do Carmo ficou famosa pela aguardente de cana que produzia, e retrata bem a riqueza do ciclo do café. Os lavradores da região esperam que a Cedae decida pela substituição da barragem pelos poços radiais, pois segundo técnicos da Prefeitura, "para construir os poços não precisa desapropriar terra de ninguém e nenhum lavrador será incomodado". (O Fluminense, 7/12/89)

Odebrecht concluirá barragem da BA

O Governo baiano assinou contrato de US\$ 70 milhões (NCz\$ 560 milhões, pelo câmbio oficial) com a Construtora Odebrecht, para a conclusão, em prazo de dez meses, das obras da Barragem de Pedra do Cavalo, paralisadas desde 1986 devido à dívida de US\$ 60 milhões (NCz\$ 4,8 bilhões) com financiadores nacionais e internacionais, e à falta de recursos.

A Barragem de Pedra do Cavalo é uma das obras mais caras da Bahia.

Apesar de ter sido orçada em US\$ 300 milhões (NCz\$ 2,4 bilhões), já absorveu US\$ 1 bilhão (NCz\$ 8,2 bilhões), gasto atribuído pelo Secretário de Desenvolvimento Social, Lauro Assunção, ao superdimensionamento e à má administração. (O Globo, 9/12/89)

Funcionalismo exige receber 13º integral

Cerca de 100 servidores da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, promoveram dia 13, à tarde, nas escadarias da Assembléia Legislativa, manifestação de repúdio ao secretário de Fazenda, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, contra a decisão do Governo do Estado em parcelar em duas vezes - a primeira entre os próximos dias 18 e 22 e, a segunda, junto com o pagamento de dezembro - 13º salário.

Durante a manifestação, que foi coordenada pela Frente Ampla das Lideranças dos Servidores do Estado do Rio, ficou decidido, entre outras reivindicações,

que os servidores públicos estaduais não "vão abrir mão" do 13º salário, no mais tardar, até o dia 20, "sob pena de uma paralisação total". Eles exigiram que, além do pagamento integral o 13º salário deverá ser pago de acordo com o valor do salário de dezembro, corrigido pelo indexador.

Além do pagamento integral do 13º salário os manifestantes fizeram, também, as seguintes reivindicações: calendário de 1990 com pagamento até o dia 5 do mês subsequente; reajustes mensais com percentual 100% do IPC; reposição das perdas salariais de 1989, em janeiro de

1990; sugestão do projeto de lei da Frente Ampla, dispondo sobre a aplicação da correção monetária nos valores atrasados devidos aos servidores ativos e inativos; nivelamento do nível superior; data-base em maio e novembro; e a aplicabilidade da isonomia em 1º de março de 1990. Após a manifestação, os servidores rumaram em passeata até o prédio da Secretaria Estadual de Fazenda, no Centro, entoando refrões alusivos ao seu titular, Jorge Hilário Gouvêa, entre os quais se destacava o seguinte: "Hilário, salafrário... cadê o meu salário..." (Última Hora, 14/12/89)

Paralisação na Cobal sem data para acabar

Cerca de oito mil funcionários da Cobal, em todo o País, iniciaram dia 13 uma greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em Brasília, em assembleia da categoria que optou pela paralisação geral, já que a reposição salarial de 28,79%, retroativa a março, não foi paga pelo presidente da Cobal, Antônio de Oliveira Ramos, que alegou falta de recursos financeiros.

No Rio, 600 funcionários da

companhia já aderiram à greve e, segundo o diretor da Asbal RJ (Associação dos Servidores da Cobal), Célio Cavalcanti da Silva, além da reposição salarial, a categoria reivindica os pagamentos do 13º e do mês de dezembro, que ainda não saíram, além da retirada do projeto, na Câmara dos Deputados, que prevê a entrega dos serviços da COBAL à iniciativa privada. Uma comissão de greve, encabeçada pelo presidente da As-

bal, Paulo Motta, se reuniu com o ministro da Agricultura, Íris Rezende, para tentar solucionar o problema. Até o final do dia 13, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Espírito Santo, Paraíba, além do Distrito Federal, já se encontravam totalmente paralisados. (Última Hora, 14/12/89)

Diminui o tempo de aposentadoria na área de Saúde

A comissão de Saúde e Previdência da Câmara aprovou, dia 13 projeto de lei complementar do deputado Jofran Frejat (PFL-DF), concedendo aposentadoria especial, aos 30 anos de serviço, para os homens e, aos 25, para as mulheres, aos profissionais diariamente ligados ao setor de saúde. Isto significa que, após estes anos de trabalho, os profissionais receberão seus vencimentos integralmente, tal como os professores. O autor do projeto

frisou que esta questão vem sendo tratada desde a época da Constituinte, considerando que os profissionais de saúde são expostos, diretamente, a riscos como a infecção hospitalar e a regime de trabalho intenso. Eles estão sempre correndo o risco de serem contaminados, ao fazer coletas de sangue e enfrentar revezamento de turnos, as condições penosas, afirmou Frejat, que é médico.

Estão incluídos na aposentadoria especial, definida neste

projeto, médicos atendentes, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, equipes que trabalham nas unidades de terapia intensiva - UTIs - limpeza e lavanderia dos hospitais do setor público.

Para os profissionais do setor privado, a aposentadoria especial tem que vir sob forma de lei ordinária. Projeto nesse sentido, também de autoria de Frejat, encontra-se em tramitação na Câmara. (Última Hora, 14/12/89)

Sarney assina decreto para tirar garimpeiros de Roraima

O presidente José Sarney assinou dia 12 decreto criando o Plano de Defesa das Áreas Indígenas Yanomami e da Floresta Nacional, em Roraima, que tem por objetivo promover em 90 dias a retirada de todos os invasores da região e criar imediatamente um sistema de proteção à saúde dos povos Yanomami, duramente atingidos nos últimos meses pela presença de mais de 45 mil garimpeiros.

O decreto do presidente autoriza o ministro da Justiça a requerer dos ministros do Exército e da Aeronáutica todo o apoio necessário para a retirada dos garimpeiros, que serão remanejados para Boa Vista, capital de Roraima, ou para as áreas de garimpagem indicadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia. Pelo decreto, a Funai, com o apoio do governo de Roraima, fica encarregada de manter um sistema de vigilância nas áreas indígenas para evitar novas invasões de garimpeiros. Com exposição de motivos assinada pelos ministros da Justiça,

Saulo Ramos; das Minas e Energia, Vicente Fialho; do Interior, João Alves Filho; e da Saúde, Seigo Tsuzuki, o decreto concede recursos no valor de NCz\$ 11,5 milhões, já aprovados através de Medida Provisória 120, assinada no dia 6 de dezembro passado. A retirada dos garimpeiros será iniciada na região de Porto Indígena de Paapiú, onde se concentra a maior parte dos invasores da área dos índios Yanomami.

Para o presidente da Cooperativa Mista dos Garimpeiros de Roraima, Verley Bueno, o fechamento dos garimpos significa também a "decretação da sentença de morte" de todos os garimpeiros. Verley estima que 300 mil pessoas dependem diretamente da extração de ouro em Roraima. Ele não acredita que o governo federal usará as Forças Armadas na operação de retirada. "Se o governo realmente quiser retirar os homens que ao menos o faça de forma organizada, deixando os trabalhadores em suas casas", reivindicou. Segundo o coordenador da Comissão Pró-Garimpo,

Válter Andrade, os garimpeiros estão dispostos a reagir. "É unânime a disposição de deitar nas pistas e impedir inclusive o pouso das aeronaves da polícia para retirá-los. A gente considera isso uma reação pacífica", contou.

José Altino Machado, fundador e dirigente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), acha que os planos até agora apresentados para a retirada dos homens são falhos num ponto: "O governo determina a retirada, mas até agora não disse como levá-los até suas casas. A expulsão simplesmente não resolve o problema de Roraima, que é estrutural. O governo deveria pensar antes em organizar os garimpos e não em fazer confusão". Os garimpeiros esperam que a retirada não aconteça até o final das eleições. Eles acreditavam na vitória do candidato Luís Inácio Lula da Silva (PT), que declarara, em Carajás, no Pará, que não apóia a expulsão dos trabalhadores da forma como está sendo anunciada. (JB, 13/12/89)

Saúde já tem plano para salvar os índios Yanomami

O Ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, informou dia 13 que já recebeu NCz\$ 1 milhão para iniciar um plano de emergência para atender cinco mil índios Yanomami que vivem em Roraima e que estão doentes pelo contato com os garimpeiros que invadiram suas áreas.

As doenças detectadas são malária, leishmaniose, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, hepatite, oncocercose e subnutrição.

O plano de emergência será iniciado em Boa Vista (RR) e se estenderá às aldeias Surucucu, Alto e Baixo Macujá, Waiacás e Paapiú. O secretário-adjunto do Ministério, Leite Saraiva, visitará as áreas Yanomami para fazer o levantamento de médicos e enfermeiros que trabalham na área e conhecer a necessidade de medicamentos para atender aos indígenas. (O Globo, 14/12/89)

Sarney envia projeto de mineração ao Congresso

O presidente José Sarney enviou dia 13 ao Congresso Nacional um projeto de lei que submete aos deputados e senadores a aprovação de garimpos em terras indígenas. O projeto restringe a exploração mineral nestas áreas a empresas brasileiras de capital nacional. A aprovação do garimpo também ficará submetida à Secretaria de Assessoramento para a Defesa Nacional (Saden), caso a área indígena fique em região fronteira ou essencial à segurança do país. O projeto do governo estabelece que o pedido de exploração mineral deve ser endossado por exposições de motivos dos ministérios do Interior e das Minas e Energia. Deve ter ainda relatórios de impacto ambiental e humano do instituto do Meio Ambiente e da Fundação Nacional do Índio. Este deve incluir uma consulta às comunidades. (Folha de São Paulo, 14/12/89)

Arquidiocese suspende padre em Pernambuco

O padre Reginaldo Veloso, que foi afastado da paróquia do Morro da Conceição, no Recife, foi também suspenso das ordens. A punição, imposta pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, somente foi conhecida totalmente dia 13, com a divulgação do texto do decreto assinado pelo próprio arcebispo e pelo padre Severino Gomes Santiago como "notarius ad hoc".

A pena de suspensão é a terceira mais forte prevista pelo Código de Direito Canônico, valendo por tempo indeterminado e para todas as dioceses do Brasil e do mundo. As outras penas são a "interdição" e a "excomunhão". O padre Reginaldo está proibido de exercer "toda e

qualquer função inerente a qualquer ofício eclesiástico que lhe tenha sido conferido".

O cônego Miguel Cavalcanti, vigário-geral da arquidiocese, explicou que o arcebispo decidiu aplicar o cânone 1.373 devido aos "graves danos causados pelo sacerdote". A pena aplicada, de acordo com Miguel Cavalcanti, tem uma "função medicinal". "Se o padre Reginaldo reformar seu pensamento e se arrepender, a pena pode ser revista. Só não sei se ele voltaria ao mesmo posto de administrador paroquial do Morro da Conceição", afirmou Cavalcanti.

O vigário-geral disse ainda que o padre Reginaldo foi punido, entre outros motivos, porque dom José

Cardoso recebeu um duro abaixo-assinado dos paroquianos do Morro da Conceição e pelas críticas que fez ao arcebispo após o fechamento do Seminário Regional do Nordeste II e do Instituto Teológico do Recife.

Alegando desconhecimento, o cônego Cavalcanti não quis se pronunciar sobre uma carta enviada ao arcebispo por 52 padres, do total de 221 existentes na arquidiocese, manifestando solidariedade ao padre Reginaldo. Na carta, os padres estranharam que medidas de tão graves consequências venham sendo tomadas sem se ouvir o clero através dos seus cargos representativos". (O Estado de São Paulo, 14/12/89)

Bispos evitam comentar destituição de padre

A maioria dos bispos brasileiros, da esquerda ou da direita, tem reagido com cautela ao analisar os incidentes ocorridos na Arquidiocese de Olinda e Recife (PE).

Na ala direita, alguns bispos, como d. Boaventura Kloppenburg, de Novo Hamburgo (RS), apóiam totalmente as atitudes de Cardoso, sob a alegação de que é preciso "conter os excessos e abusos". Kloppenburg afirmou que era necessário medidas urgentes "para 'endireitar' a arquidiocese", pois "tudo estava de pernas para o ar".

Os alinhados à esquerda têm evi-

tado se manifestar sobre os conflitos e, em raras manifestações, propõem o diálogo como a única solução possível. Os bispos "progressistas", mesmo que venham a discordar das posições do arcebispo de Recife, não vão revelar essa posição em público. Tampouco desejam criar problemas com o Vaticano, caso desautorizem uma decisão tomada fora de suas dioceses.

Essa postura ficou clara na decisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de não se posicionar sobre os conflitos na Igreja de Recife. O cardeal d. Paulo

Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, também informou através de sua assessoria que não pretende falar sobre o assunto, bem como o bispo de Juazeiro (BA), d. José Rodrigues, um dos religiosos que tem apoiado abertamente a campanha do candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Na hierarquia católica, há um consenso de que a radicalização em Recife foi levada ao extremo, tornando quase impossível o diálogo no atual momento. (Folha de São Paulo, 15/12/89)

Aconteceu

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fds.
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL